

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E CURRICULARIZAÇÃO: TRAJETÓRIA E REGULAMENTAÇÃO

Adrielle Beze Peixoto¹
Ana Luísa Lopes Cabral²
Heren Nepomuceno Costa Paixão³
Jéssica Batista Araújo⁴
Joicy Mara Rezende Rolindo⁵
Juliana Oliveira Hassel Mendes⁶
Regina Célia Alves da Cunha⁷
Renata Silva Rosa Tomaz⁸

RESUMO

O objetivo deste estudo foi traçar um breve histórico da evolução da extensão universitária, culminando na implementação da política de curricularização obrigatória da extensão no Brasil a partir de 2018. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental do surgimento da extensão na Inglaterra, da influência da perspectiva de extensão inglesa e estadunidense na extensão brasileira. Nesse contexto, são delineadas propostas que conferem à extensão um papel fundamental na promoção da interação e na troca de conhecimentos entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. No contexto brasileiro, verificou-se que o conceito de extensão sofreu grande influência dos Fóruns Nacionais de Extensão. Em relação às políticas públicas, destaca-se que a curricularização da extensão universitária — meta a ser atendida a partir do Plano Nacional da Educação (PNE 2014/2020) e regulamentada pela Resolução CNE/ CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 representam marcos regulatórios importantes da extensão universitária. Essa reconfiguração da extensão fundamenta-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade.

Palavras-Chave: Extensão universitária. Curricularização. Interação universidade-sociedade.

INTRODUÇÃO

A extensão universitária desempenha um papel fundamental no cenário da educação superior, estabelecendo conexões entre as instituições acadêmicas e as comunidades, ao mesmo tempo em que enriquece a formação dos estudantes, proporcionando uma aprendizagem mais significativa e mais abrangente. A partir de 2018, essa prática tornou-se obrigatória, por meio da Resolução n. 7/2018, a qual normatizou o que já estava previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2020. Isso significa que todos os cursos de graduação ofertados por universidades brasileiras devem reservar, no mínimo, 10% de sua carga horária para atividades de extensão (Brasil, 2014).

Para compreender essas normatizações, este estudo teve como objetivo traçar um breve histórico da trajetória da extensão universitária, culminando na implementação da política de curricularização obrigatória da extensão no Brasil a partir de 2018. Para isso, utiliza-se uma abordagem de pesquisa bibliográfica e documental para explorar o panorama da extensão universitária.

¹Mestre em Sociologia, Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA - adrielle.peixoto@unievangelica.edu.br

²Mestre em Psicologia, Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA - ana.cabral@unievangelica.edu.br

³Doutora em Psicologia, Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA - heren.paixao@docente.unievangelica.edu.br

⁴Mestre em Psicologia, Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA - jessica.araujo.psi@outlook.com

⁵Doutoranda em Educação, Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA - joicy.rolindo@gmail.com

⁶Mestre em Movimento Humano e Reabilitação, Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA - juohmendes@yahoo.com.br

⁷Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologia, Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA - reginacarolinaisadora@gmail.com

⁸Mestre em Psicologia, Curso de Psicologia da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA - rrtomaz@gmail.com

Nesse contexto, este trabalho busca fornecer uma visão panorâmica e contemporânea da extensão universitária, enfatizando os modelos que influenciaram a extensão universitária brasileira e introdução da curricularização da extensão como um componente obrigatório nos programas de graduação a partir de 2021, como estipulado pela Resolução nº 7 de 2018. Justifica-se a escolha do tema pela crescente importância da extensão universitária como um componente integral da missão das instituições de ensino superior, bem como da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

BREVE HISTÓRICO DA EXTENSÃO

O surgimento da extensão universitária se deu na Inglaterra, no século XIX, como “educação continuada” destinada à população adulta que não tinha acesso à universidade. Segundo Mirra (2009, p. 77), ‘a Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade”.

De acordo com Valois (2000), o contexto histórico do surgimento das atividades extensionistas na Inglaterra, caracterizou-se por um período de grandes transformações socioeconômicas e de criação das Universidades Modernas. A partir da Inglaterra, o conceito de extensão universitária se difundiu para a Bélgica, seguindo para a Alemanha e, posteriormente, espalhando-se por todo o continente europeu. Esse paradigma de extensão iria influenciar e se fazer presente também no início das atividades extensionistas no Brasil.

Essa abordagem educacional também alcançou os Estados Unidos. Nesse país, em 1892, foi criada a *American Society for the Extension of University Teaching*, que desempenhou um papel pioneiro na promoção das atividades de extensão. Um marco importante nesse processo foi a Universidade de Chicago, que iniciou suas iniciativas de extensão em 1892. No entanto, o ponto culminante desse movimento ocorreu em 1903, quando a Universidade de Wisconsin adotou a abordagem de posicionar seus professores como especialistas técnicos do governo estadual (Valois, 2010).

Segundo Paula (2013), no momento histórico de seu surgimento, a extensão universitária assumiu duas direções fundamentais: a vertente originada na Inglaterra e disseminada pelo continente europeu, refletiu o compromisso das universidades com um movimento mais amplo que envolveu diversas instituições, como o Estado, a Igreja e partidos políticos. Cada uma dessas entidades buscou, à sua maneira, oferecer alternativas às consequências mais prejudiciais do capitalismo.

A segunda vertente da extensão, protagonizada pelos Estados Unidos, teve como objetivo principal mobilizar a universidade para enfrentar questões relacionadas à vida econômica, especialmente no contexto de transferência de tecnologia e da maior aproximação entre a universidade e o setor empresarial. De fato, as duas vertentes da extensão universitária mencionadas estão intrinsecamente ligadas a duas modalidades de desenvolvimento capitalista. A primeira está associada ao modelo predominante em vários países europeus, que buscou legitimação e estabilidade por meio da implementação do Estado de Bem-Estar Social. A segunda vertente se alinhou ao modelo norte-americano, que adota uma abordagem rigorosamente liberal (Paula, 2013).

O surgimento da extensão universitária tanto na Inglaterra e quanto nos Estados Unidos repercutiu as circunstâncias históricas e ideológicas de cada país. Enquanto a Inglaterra enfatizou a promoção do bem-estar social e a cooperação entre diferentes instituições, os Estados Unidos concentraram-se na aplicação prática do conhecimento acadêmico para impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico. Ambos os modelos desempenharam papéis importantes na evolução da extensão universitária global.

EXTENSÃO NO BRASIL E A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Segundo Dubeux (2018), as primeiras experiências de extensão universitária no Brasil foram influenciadas tanto pelo modelo americano de "*university extension*" quanto pelo modelo francês de "universidades populares". A experiência das universidades populares na França exerceu uma influência decisiva na forma como esse tipo de empreendimento implementado no Brasil, no início do século XX. A comuna de Montreuil, uma iniciativa operária francesa de grande importância, suscitou reflexões abrangentes nas áreas da filosofia, ciências sociais, política e arte. Essa iniciativa, por sua vez, culminou na criação da universidade popular em Paris, em 1899, exercendo uma influência profundamente marcante nas primeiras concepções de extensão universitária no Brasil.

Aquelas que se inspiraram no modelo americano foram estruturadas com base em normas institucionais da sociedade burguesa capitalista e se alinharam com a ideologia do grupo social dominante. Em contrapartida, as experiências que tiveram como referência as universidades francesas foram, em grande parte, estabelecidas em ambientes operários e tinham como objetivo a emancipação. Elas contaram com a participação de intelectuais influenciados por ideias positivistas e anarquistas, os quais, apesar de origens sociais diferentes, demonstraram, ao menos retoricamente, uma ligação com as questões enfrentadas pela classe trabalhadora. Essa dicotomia entre as influências persiste até os dias de hoje, quando se examina as práticas de extensão universitária no contexto brasileiro. Durante esse período inicial, não se observava, de maneira tão explícita, os

objetivos de transformação social que caracterizam muitas das iniciativas de extensão universitária na atualidade.

De acordo com Tavares (2001), a primeira referência legal à extensão universitária em universidades brasileiras se deu pelo Decreto nº 19.851, datado de 11 de abril de 1931, que aborda o Estatuto das Universidades Brasileiras. A extensão universitária assumiu, nesse contexto, um caráter predominantemente voltado para a divulgação da universidade por meio da prestação de serviços, em contraposição à sua abordagem política, conforme previsto pelas universidades populares.

A primeira referência legal à extensão universitária em universidades brasileiras pode ser identificada no Decreto nº 19.851, datado de 11 de abril de 1931, que aborda o Estatuto das Universidades Brasileiras, conforme destacado por Tavares (2001). Nogueira (2001) destaca que a extensão universitária assumiu, nesse contexto, um caráter predominantemente voltado para a divulgação da universidade por meio da prestação de serviços, em contraposição à sua abordagem política, conforme previsto pelas universidades populares.

A fase inicial da extensão universitária no Brasil se consolidou com a promulgação da Lei nº 5.540/68, que estabeleceu a extensão como parte das atividades acadêmicas, exigindo que as universidades compartilhassem ensino e resultados de pesquisas com a comunidade por meio de cursos e serviços especiais. Durante as décadas de 1960 e 1970, contexto das ditaduras militares, o governo militar brasileiro passou a promover ações de extensão, como o Projeto Rondon, com abordagem assistencialista, em busca de objetivos de desenvolvimento e segurança nacional (Oliveira; Goulart, 2015). Em novembro de 1987, foi criado o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), que desempenhou um papel importante na institucionalização da extensão universitária. Em 1998, o FORPROEX aprovou o Plano Nacional de Extensão, que definiu o conceito atual de extensão universitária como um processo educativo, cultural e científico que integra o ensino e a pesquisa, promovendo uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade (Oliveira; Goulart, 2015).

Oliveira e Goulart (2015, p. 13) ressaltam que além de atualizar o conceito de extensão universitária, o FORPROEX firmou as diretrizes para “orientar esta ação, a saber, a Interação Dialógica; a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a Indissociabilidade Ensino-Pesquisa e Extensão; o Impacto na formação do estudante; e o Impacto e Transformação Social.” A extensão na educação superior é um conceito e uma prática que ganharam destaque nas últimas décadas, especialmente a partir de 1990. Ela refere-se à integração das atividades de extensão, antes frequentemente dissociadas das disciplinas curriculares, no contexto acadêmico formal, de modo a promover uma maior interação entre ensino, pesquisa e ação comunitária.

A ideia de curricularização da extensão universitária no Brasil surgiu primeiramente no PNE- Plano Nacional de Educação 2001 -2010, em suas metas 21 e 23, instituindo a “obrigatoriedade de 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação, integralizados em ações extensionistas”; sendo reafirmada no PNE em 2014-2024, na sua estratégia 7 da meta 12. Essa proposta é formalizada como obrigatoriedade pela Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação (Serva, 2020), na qual a Extensão Universitária recebeu nova conceituação em seu Art. 3º:

Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da educação e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente como o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

A curricularização da extensão envolve a inclusão de atividades de extensão, como projetos sociais, culturais, científicos e tecnológicos, dentro da matriz curricular dos cursos de graduação e pós-graduação. Isso implica a criação de disciplinas, estágios, programas ou outras estruturas formais que permitam aos estudantes vivenciar experiências práticas relacionadas ao conteúdo de seus cursos, enquanto contribuem para a resolução de problemas reais nas comunidades.

Dessa forma, a Curricularização da Extensão reflete, de maneira apropriada, o papel fundamental das Instituições de Educação Superior na consolidação da extensão como uma parte integral da experiência acadêmica. Isso implica uma abordagem abrangente que fortaleça a posição da universidade como um agente integrador das dimensões de gestão, ensino e pesquisa, por meio de uma implementação efetiva da curricularização da extensão (Silva; Franco, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a extensão universitária evoluiu de uma simples prestação de serviços para uma ferramenta poderosa de transformação social, educacional e cultural. As influências que contribuíram para a formação da concepção brasileira de extensão, provenientes das experiências de universidades populares na França e da University Extension na Inglaterra, deram origem a dois modelos distintos: um modelo de difusão e outro de diálogo (Freire, 1983).

A extensão universitária tem o potencial de estreitar a lacuna entre a academia e a sociedade, promovendo a aplicação prática do conhecimento adquirido nas salas de aula e laboratórios. Ela oferece oportunidades valiosas para os estudantes se envolverem ativamente em projetos que abordam desafios reais, desenvolvendo habilidades interpessoais, cidadania ativa e um profundo senso de responsabilidade social.

Além disso, é uma forma eficaz de compartilhar recursos e conhecimentos com comunidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento das relações interinstitucionais e a promoção do diálogo intercultural. Ao integrar as atividades de extensão diretamente nos currículos acadêmicos, as instituições de ensino superior promovem uma abordagem mais completa e holística da formação dos estudantes, o que representa um avanço significativo no cenário da educação superior. Essa abordagem amplia o alcance das instituições de ensino, tornando-as agentes ativos de desenvolvimento social, econômico e cultural.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n.13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 02 de set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 07**, de 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União : seção 1, Brasília, DF, p. 49, 19 dez. 2018.
- DUBEUX, A. **Extensão Universitária No Brasil: Democratizando O Saber Da Universidade Na Perspectiva Do Desenvolvimento Territorial**. Disponível em: <https://2013-2021sinergiased.org/index.php/revista/item/132>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- MIRRA, E. **A Ciência que sonha e o verso que investiga**. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.
- NOGUEIRA, M. das D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. IN: FARIA, D. S. de. (Org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e Faces da Extensão Universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, Unesp, v. 11, n. 3, p. 8-27, 2015.
- PAULA, João Antônio de. Extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013.
- SERVA, F. M. **Educação superior no Brasil: um estudo sobre a política de curricularização da extensão universitária**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, SP, 2020, 202 p.
- SILVA, C. W. A.; FRANCO, C. F. P. **Curricularização da Extensão: Compromisso Social e Inovação**. 1 ed. Editora Universitária Leopoldianum. São Paulo – SP. 2020, p. 36 – 50.
- TAVARES, M. das G. M. Os múltiplos conceitos de extensão. In: FARIA, D. S. de. (Org). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- VALOIS, O. **A extensão universitária no Brasil: Um resgate histórico**. São Cristóvão: Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2000.